

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Economía solidária e Igreja Católica. O trabalho dos agentes de Cáritas para o desenvolvimento da EPS no Ceará - Brasil.

Joannes Paulus Silva Forte.

Cita:

Joannes Paulus Silva Forte (2009). *Economía solidária e Igreja Católica. O trabalho dos agentes de Cáritas para o desenvolvimento da EPS no Ceará - Brasil. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1385>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Economia solidária e Igreja Católica

O trabalho dos agentes de Cáritas para o desenvolvimento da EPS no Ceará - Brasil

Joannes Paulus Silva Forte
UEVA (Sobral-CE-Brasil)
joannespaulus@virtual.ufc.br

O objetivo da pesquisa que originou esta comunicação foi analisar o trabalho dos chamados “agentes de Cáritas” para o desenvolvimento de experiências de “Economia Popular Solidária” (EPS), engendradas pela Cáritas Brasileira, organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no estado do Ceará (2004-2008)¹.

¹ Cf. relatório completo da pesquisa em minha dissertação de mestrado (FORTE, 2008).

À luz das Ciências Sociais, pude entender o trabalho dos chamados agentes de Cáritas para o desenvolvimento da Economia Popular Solidária (EPS), atores cujo papel, no campo da “economia solidária”, é assessorar e formar (por meio de processos de educação não-formais) as pessoas para o trabalho associativo junto às populações economicamente menos favorecidas, compostas por desempregados, catadores de resíduos sólidos (material reciclável), mendigos, trabalhadores rurais e artesãos, de áreas periféricas da capital cearense e de municípios do interior do estado do Ceará, chamados pela Cáritas de “pobres” e “excluídos”, qualificados como “protagonistas” da vida social e da história.

Por meio de pesquisa de campo, análise documental e entrevistas semi-estruturadas com treze agentes de Cáritas, analisei o seu trabalho em busca de entender a relação entre economia solidária e Igreja Católica, focando o estudo sobre as noções de “solidariedade”, “caridade” e “cultura da solidariedade”, além de outros conceitos nativos subsidiários aos destacados.

Os dados sobre a história econômica recente da “solidariedade cristã” no Brasil, a partir de material da própria Organização investigada e das vivências dos agentes situaram-me no contexto do desenvolvimento da EPS. Após uma discussão teórica sobre as suas plasticidades semânticas, presentes nas formulações analisadas, pude perceber que, independente da denominação atribuída, as iniciativas de EPS ocorridas apresentam as mesmas formas operacionais e ideológicas nas dimensões da produção, do crédito, da comercialização e do consumo, cujos princípios ideais são a democracia, a igualdade, a cooperação, a autogestão e a preservação do meio ambiente.

A Economia Popular Solidária, desenvolvida pelos agentes de Cáritas, é uma categoria do *movimento da economia solidária*. Os agentes se referem às experiências de economia solidária, organizadas ou não pela Cáritas, como EPS. Portanto, esta é a denominação que os agentes da Cáritas dão ao fenômeno associativo que tem sido chamado de *economia solidária*.

Os conceitos utilizados no desenvolvimento da EPS são conceitos dos próprios agentes e não dos trabalhadores. Mesmo não focando os trabalhadores nesse estudo, percebi durante a pesquisa de campo que muitos deles não entendem o significado da expressão economia solidária, tampouco Economia Popular Solidária (EPS), presente no discurso dos agentes. Nesse sentido, os agentes realizam atividades de formação com os trabalhadores para explicá-los o que é e como funciona a EPS, dando seqüência ao objetivo de associar às atividades de produção, comercialização, consumo e crédito aos princípios da EPS de modo a possibilitar a formação dos trabalhadores para a “cultura da solidariedade”, o que faz do trabalho dos agentes uma ação eminentemente pedagógica fundamentada na lição do cristianismo católico.

A análise feita sobre o trabalho dos agentes fez-me perceber a existência de uma *laicização* da lição cristã, tendo em vista a atuação da Igreja, via Cáritas, no campo civil², compondo *redes de socioeconomia solidária* com ONG’s, sindicatos, movimentos sociais e Estado que repercutem diretamente nas práticas, nos saberes e nos fazeres dos agentes, também chamados de “assessores-técnicos”, que chegam a se definir como movimento social ou como ONG.

Ao expor a atuação da Cáritas no campo civil, destaco a “solidariedade” êmica, revelada pela organização e por seus agentes, designada por mim *moral solidária*. Deste modo, a partir do objeto empírico específico (*O trabalho dos agentes de Cáritas para o desenvolvimento da EPS no Ceará*) faz-se necessário conhecer o caminho pelo qual a Igreja chega aos seus “filhos” – os pobres, classificados secularmente pelos agentes de Cáritas como “excluído(a)s” – por meio da EPS.

² O “campo civil” é definido aqui como um espaço abstrato de organização política de indivíduos, entidades e movimentos sociais que buscam interferir nos caminhos da sociedade, e, especificamente, nas políticas do Estado. Este espaço faz parte da chamada “sociedade civil”. Sobre a relação entre “sociedade civil” e espaços públicos no Brasil, ver Dagnino (2002).

Inspirando-me no trabalho de Souza Martins (1997), compreendi que os “excluídos”, para a Cáritas e para os seus agentes, são aqueles *incluídos* de modo precário, marginal e instável.

Com efeito, os chamados “excluídos” são os incluídos marginalmente: os pobres. Segundo Souza Martins (2002, p.25), a “exclusão” é uma categoria não encontrada na vivência dos chamados “excluídos”, e é fruto da elaboração daqueles que se preocupam com a “exclusão”.

Para Souza Martins (2002, p.31), a categoria “exclusão” possui duas orientações interpretativas opostas: uma *conservadora*, que mantém as estruturas da sociedade capitalista, e outra *transformadora*, que busca a transformação dessa sociedade. A contradição do conceito de “exclusão” aparece no trabalho dos agentes, que olham para o pobre como o “excluído” com o qual se preocupam, buscando incluí-lo pelo trabalho cooperativo via projetos de EPS, por exemplo.

Pensando com Souza Martins (2002), observo que os agentes de Cáritas são os usuários da categoria “exclusão” e que são eles os incomodados com a situação de pobreza do “excluído”. A categoria “exclusão” e o substantivo “excluído” – diretamente ligado à ela – são próprios do universo dos agentes e não das populações atendidas por eles.

Ou seja, ainda no diálogo com Souza Martins (2002), posso dizer que de um lado estão os agentes de Cáritas, usuários da categoria “exclusão”; e de outro, estão os chamados “excluídos”, aqueles que são os incluídos de modo precário, instável e marginal na nossa sociedade.

O limitado conceito de “exclusão” põe em segundo plano a questão da *nova desigualdade social*, a qual é marcada pela pobreza gerada pelo desenvolvimento capitalista e as suas formas insuficientes, precárias e indignas de inclusão. A *nova desigualdade social* caracteriza a *nova pobreza*.

A expressão *nova desigualdade social* se refere aos *novos pobres* advindos do modelo de desenvolvimento capitalista adotado no Brasil, defensor da eficácia econômica visando ao crescimento econômico desigual, comprometendo, assim, a estrutura da sociedade de modo a originar as chamadas “exclusões”, as quais conferem novo significado à *questão social*.

Castel (1998) qualifica a *questão social* como o fenômeno da vulnerabilidade do trabalho e da *crise da sociedade do salário*. A sociedade salarial, sustentada na articulação entre trabalho, direitos e assistência, até então mantida pelo Estado de bem-estar social, foi desmantelada pelas crises cíclicas do capitalismo, provocando o que Castel chamou de *desfiliação*, conceito que se vincula às formas precárias de vida as quais têm sido denominadas de “exclusão social”.

Tendo como base o caso da Cáritas, concluo que a Igreja Católica incorporou às noções de “pobre” e de “excluído” a noção de popular que qualifica a *economia solidária* promovida pelo seu organismo (Economia **Popular** Solidária), provavelmente em decorrência de sua relação com as entidades do campo civil. Essa noção de popular é uma resignificação da noção de pobre que aponta para o “excluído” que “grita”, que se manifesta em busca de melhores condições de existência e que luta para a efetivação de mudanças em sua vida, o que confirma a contradição da categoria “exclusão” criticada por Souza Martins (1997; 2002). Aqueles aos quais os agentes se referem como “excluídos” e ao mesmo tempo como “protagonistas” são os *incluídos* de forma precária, instável e marginal (SOUZA MARTINS, 1997, p.26) que buscam a melhoria das suas condições de vida, o que também se vincula ao consumo.

A EPS (uma das formas da genericamente chamada “economia solidária” ou a economia solidária promovida pela Cáritas) é um fenômeno forjado em função do cuidado com os pobres. No entanto, o discurso da “transformação social” que vem dos movimentos originados na Igreja Católica, como a Teologia da Libertação, aponta para

algo que ultrapassa o cuidado com os pobres como prática do cristianismo católico. Trata-se da busca mesma de superação do mal-estar social provocado pelas crises cíclicas do capitalismo.

Apesar da variação do engajamento dos agentes no conjunto dos conceitos institucionais que fazem parte do lado formal de seu ofício, o que foi identificado durante a pesquisa, o discurso preponderante entre eles apresenta o seu trabalho como uma ação que ultrapassa a fronteira da *caridade-assistência* afirmando a *caridade libertadora*, manifesta em ações que se pensa emancipar as pessoas. A principal promessa da *caridade libertadora* é a conquista e a efetivação de direitos e a libertação das amarras do modo capitalista de ser e de viver para que, junto com os pobres, seja construído o utópico “Reino de Deus” na terra.

Juntamente com as organizações do campo civil, os agentes de Cáritas somam-se aos demais atores que assessoram as populações pobres na constituição de um movimento de projeção nacional e internacional que visa uma mudança nas estruturas da sociedade capitalista. Assim, mesmo ligada à perspectiva religiosa e a certas circunstâncias de mercado, a genericamente chamada *economia solidária* tem sido a *alternativa* que poderá se concretizar como *possibilidade histórica* de transformação da sociedade.

Com todas as suas contradições, como uma *emancipação* que não é total, pois estaria atrelada intimamente ao domínio religioso do cristianismo católico, a “cultura da solidariedade” para a qual são formados e formam os agentes é um dos projetos pontuais do *movimento da economia solidária* com um posicionamento político claramente contra a globalização neoliberal capitalista. O projeto da “cultura da solidariedade” implementado pelos agentes prevê a execução moral e prática dos vínculos sociais entre as pessoas, que ocorreria por amor ao outro e ao coletivo de modo a sustentar uma produção simbólica e econômica contra-hegemônica em relação ao individualismo capitalista. Agentes como

Maria e Sara³, evidenciam que a EPS que concorre para a “cultura da solidariedade” ocorre com uma retomada, um resgate de valores e de condutas do passado, de sociabilidades tradicionais, para valorizar a vida humana, a natureza e o trabalho diante da violência histórica do capital.

Ambas falam respectivamente de “retomada” de formas solidárias e de reciprocidade cujo interesse é a manutenção do indivíduo na perspectiva do coletivo.

Maria fala da “retomada” de um modo de viver:

A cultura da solidariedade é essa questão assim de uma cultura diferenciada, porque a cultura, ela é muito assim, o modo de viver, né? (...) e o projeto capitalista ele prega uma cultura que é a cultura da competição, né? Então essa **retomada da cultura da solidariedade é um modo de vida solidário**. Então assim, (...) a cultura é no sentido de modo de vida, né? **É a cultura de solidariedade. Ela é justamente a retomada, porque ela existiu, sempre existiu. Às vezes mais, às vezes menos (...). Nas comunidades antigas, antepassadas, existia também essa cultura de solidariedade, esse modo de vida solidário.** (Maria, ex-responsável pela EPS e atual secretária do Secretariado Regional da Cáritas Brasileira no Ceará). (grifos meus)

³ Os nomes dos agentes entrevistados foram substituídos por nomes de personagens bíblicas do Antigo e do Novo Testamento com o objetivo de salvaguardar a integridade física, psíquica e moral dos interlocutores da pesquisa.

Na mesma linha de Maria, Sara explica sobre a “retomada” de práticas fundadas na *moral solidária*, a qual se traduz no espírito do fenômeno recém-batizado de economia solidária:

(...) nas comunidades não tem tão claro essa palavra de economia solidária não, mas tem claro uma coisa: a prática deles. Eu acho que a economia solidária foi uma palavra apenas que se adaptou a uma realidade que o povo já viu, porque o povo não chama a palavra mutirão, mas chama troca de dia de serviços, isso é uma coisa tão normal, duas pessoas numa comunidade dizerem: ‘rapaz, vamos lá no meu roçado. Vamos trabalhar um dia no meu roçado. No outro dia eu vou lá no teu roçado’. Não precisa de instituição nenhuma pra dizer isso pra eles, o que é ‘bom’, o que é ‘certo’, o que é ‘errado’, eles traçam isso por uma necessidade de sobrevivência, né(?), como esse exemplo que eu te dei, das pessoas matar um porco, matar um cabrito ou matar uma ovelha e dividir entre os vizinhos. E quando a gente tá falando de economia solidária na comunidade e a gente tenta resgatar o quê que eles tinham de prática disso, isso aparece naturalmente. Eles dizem com tanta satisfação, com tanta alegria e cada um dá um exemplo sobre isso, que fazia isso: ‘o meu pai também fez isso’, tá, entendendo? Então assim, cada pessoa pensa nisso por uma necessidade que o outro precisa de se alimentar. Então eu não tenho dinheiro, eu troco alimento, porque o outro também vai poder dar alimento pra mim no outro dia. Isso é uma coisa natural. Então assim, **esse trabalho de economia solidária nada mais é do que uma readaptação. É um resgate de algumas coisas destas que estão esquecidas, porque também esse capitalismo é tão cruel que impregna também nas pessoas, nas comunidades, uma outra visão (...) que ‘dá lá e toma cá’,**

mas ainda é presente um outro valor e é esse valor que a economia solidária tá resgatando.

(Sara, agente responsável pela EPS da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte). (grifos meus)

Maria e Sara me fizeram pensar sobre uma “retomada” do *sistema social do dom* juntamente com Mauss (2003) e com os teóricos do Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais (M.A.U.S.S.) (MARTINS, 2002). O “resgate” da dádiva, proposto inicialmente por Mauss (2003), e, em seguida, pelo M.A.U.S.S (MARTINS, 2002) parece-me não estar apenas no plano teórico. A elaboração crítica sobre o utilitarismo econômico que fundamenta ideologicamente e politicamente o estágio atual do capitalismo (o neoliberalismo), agora pode ser pensado sobre o fenômeno aparentemente “novo” dos vínculos sociais solidários que aparecem no *movimento da economia solidária* nesta passagem do século XX ao XXI.

A caminhada dos agentes de Cáritas revela uma fórmula própria do seu trabalho, qual seja: a “caridade-libertadora” como princípio, a educação não-formal como recurso e o modo de vida baseado no sistema de trocas como objetivo final para a encampação de uma sociedade não capitalista feita com a intervenção dos “pobres”, chamados pelos agentes de “excluídos” e “excluídas”. Com todas as contradições identificadas na vida social, e especificamente no trabalho dos agentes de Cáritas para o desenvolvimento da EPS no Ceará, resta saber o que nos reservará o futuro sobre “as possibilidades e os limites das possibilidades” da economia solidária ou *socioeconomia política da transição* (OLIVEIRA, 2006), que tem o “serviço social” da Igreja como um de seus maiores impulsionadores.

Segundo Souza (2003), o socialismo é uma utopia cristã que teria viajado mais de dois mil anos até influenciar idéias e movimentos do século XVIII e XIX, repercutindo no socialismo utópico e no pensamento dos adeptos do socialismo científico ou real de Karl Marx. Para Souza (2003), as idéias cristãs foram fontes fundamentais do socialismo, e se

vinculam, inclusive, ao associativismo e ao cooperativismo por meio de personalidades inspiradas no cristianismo como o francês Philippe Buchez, que na França do século XIX colaborou para a organização de cooperativas de produção e defendeu o regime democrático. Souza (2003) argumenta que as idéias socialistas que defendiam a primazia dos interesses da sociedade sobre os indivíduos e o controle da sociedade sobre a produção e a distribuição de bens com base na igualdade exibiam uma evidente manifestação cristã até meados do século XIX. Teria sido após a publicação do “Manifesto do Partido Comunista”, de Karl Marx e Friedrich Engels, que o socialismo, agora baseado na perspectiva científica e política do materialismo histórico desses dois autores, distanciou-se de suas fontes religiosas, em especial cristãs. Seria este “espírito socialista cristão” o passageiro da história que junto com as crises do capitalismo contemporâneo fez vir à tona a *economia solidária*?

De fundamentação ideológica cristã ou não, a *economia solidária* se vincula a processos culturais práticos da contradição em processo que é o capitalismo. Tais processos estão na ordem do dia das transformações capitalistas relacionadas ao aumento da desigualdade sócio-econômica e ao desemprego estrutural, de onde veio a idéia inicial da constituição da *economia solidária* no Brasil dos anos de 1990.

A economia solidária vista apenas como uma *alternativa* ao desemprego aparentemente não reserva espaço para mudanças da sociedade capitalista, tratando-se, em princípio, de perspectivas de mercado e de geração de postos de trabalho. Contraditoriamente, tal *alternativa* ao capitalismo seria capaz de sustentá-lo em meio às suas crises cíclicas, evitando a ruptura do tecido social. Por outro lado, a *economia solidária* também traz as nuances de uma *possibilidade histórica* de transformação social, cultural, política e econômica da sociedade capitalista. Esta *possibilidade histórica* pode ser enunciada à medida em que a *economia solidária* promove relações de trabalho incompatíveis com a lógica do valor capitalista, criando um possível espaço de transição para uma outra organização social fundada na retomada de vínculos sociais do passado para tornar a vida possível no presente.

A *possibilidade histórica* de superação do capitalismo harmoniza-se assim com a proposta da utopia da construção do “Reino de Deus” na terra, onde não haveria desigualdade sócio-econômica, exploração do trabalho, concentração de riquezas e violências, havendo lugar apenas para a igualdade e a felicidade entre os homens baseada na lição cristã “amai-vos uns aos outros como eu vos amo” (João 13, 34; 15, 12). Esse mandamento cristão está presente na noção de solidariedade dos agentes, cujo alicerce é o dom constituído por três obrigações, quais sejam: dar, receber e retribuir com base na versão católica das lições de Jesus em suas peregrinações pela Terra.

Reproduzindo e recriando as estruturas da sociedade atual por via de suas ações, reconhecendo os seus “erros“ e “acertos”, como disseram em nossas conversas e nos diálogos entre si, os profissionais agentes de Cáritas dão prosseguimento ao desenvolvimento da EPS como uma das tarefas de seu ofício para efetivar o projeto utópico de sociedade no qual acreditam. E seguem com “fé”:

Isso a gente precisa fazer na Cáritas, né (?), afinar os nossos instrumentos e também estar em sintonia com os demais que estão trabalhando nesse movimento social, eu acho que isso é uma forma da gente conseguir almejar uma mudança social, porque senão nós nunca vamos chegar lá, sabe? Se cada um quiser trabalhar separadamente, quiser ser o protagonista, também não vai chegar, porque o protagonista desta história não somos nós, as instituições. O protagonista desta história tem que ser o povo, tem que ser as comunidades. (...) pode ser que às vezes a gente não consiga fazer isso na prática tão direitinha. Às vezes a gente termina, acha que os pecados, equívocos, acontecem, sabe (?), mas a gente tem que tá sempre revendo a caminhada pra reconstruir o caminho. É o trabalho que a gente vem fazendo em cima dos

nossos erros também, que eu acho que a gente também erra. Por isso que eu acho muito importante uma pessoa que se interessa por essa história de economia solidária. Pra mim acendeu uma luzinha, sabe (?), acendeu uma luzinha (...). Então é assim, é possível que a gente também erre, mas a gente quer acertar. Se tem mais gente pensando e querendo o bem dessa coisa que a gente chama de economia solidária, eu acredito que a gente vai chegar lá.

(Sara).

Por meio dos agentes de Cáritas, a Igreja Católica tem agido com o fim de conduzir os homens à *economia solidária*. A evangelização da Igreja segue por meio de ações como o desenvolvimento da EPS no Ceará, de modo a colaborar com a manutenção do *tecido social* por meio de sua “opção preferencial pelos pobres”, combatendo a pobreza e as *formas perversas de inclusão*.

A análise sociológica sobre os modos de ação da Igreja Católica que indica a interseção entre o sagrado e o profano (ELIADE, 2001) – tendo em vista a relação entre religião e economia – não garante uma resposta quanto à economia solidária como *alternativa* ou como *possibilidade histórica* ao capitalismo. As respostas a essa pergunta cabem ao tempo da vida, e dependem do presente feito por gente de carne, osso, sangue, espírito e sonhos. Há quem tenha confiança em conseguir a *sociedade* sem a dicotomia riqueza-pobreza que se deseja. Eis uma questão de vida e arte:

ESPERANÇA

Lá bem no alto do décimo segundo andar do Ano

Vive uma louca chamada Esperança

E ela pensa que quando todas as sirenas

Todas as buzinas

Todos os reco-recos tocarem

Atira-se

E

— ó delicioso vôo!

Ela será encontrada miraculosamente incólume na calçada,

Outra vez criança...

E em torno dela indagará o povo:

— Como é teu nome, meninazinha de olhos verdes?

E ela lhes dirá

(É preciso dizer-lhes tudo de novo!)

Ela lhes dirá bem devagarinho, para que não esqueçam:

— O meu nome é ES-PE-RAN-ÇA...⁴

Com a palavra, a história...

⁴ QUINTANA, Mário. Esperança. In: A MAGIA DA POESIA. Disponível em:
<<http://www.fabiorocha.com.br/mario.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

Referências

- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Trad. Iraci D. Poleti. 5.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.
- DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Col. tópicos).
- FORTE, Joannes Paulus Silva. *A Igreja dos homens: o trabalho dos agentes de Cáritas para o desenvolvimento da EPS no Ceará, 2008*. 294 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, [2008].
- MAUSS, Marcel. O Ensaio sobre a dádiva. In: _____. *Sociologia e antropologia*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.
- MARTINS, Paulo Henrique. (Org.). *A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Trad. Guilherme João de F. Teixeira. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.
- OLIVEIRA, Aécio Alves de. *Uma socioeconomia política da transição: possibilidades e limites da economia solidária, 2006*. 322 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, [2006].
- SOUZA, Luiz Francisco de. *Socialismo: uma utopia cristã*. São Paulo: Casa Amarela, 2003.
- SOUZA MARTINS, José de. *A exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997. (Col. temas de atualidade)
- _____. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.